

**RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº
20170029900729993**

Requerente: E C S F

Data de entrada: 16/11/2017

Descrição do 1º Recurso: "No que diz respeito à resposta ao Pedido de Acesso à informação nº 20170029900729993, encaminhada por esta Controladoria, faço as devidas considerações:

1. Considerando que, o documento, RESPOSTA DA CONTROLADORIA, não atende as normas técnicas da Comunicação Oficial da Administração Pública;
2. Considerando que, sem a IDENTIFICAÇÃO NOMINAL não há como arguir fé de ofício. Porque, setor, secretaria ou órgão não responde documento, mas a autoridade Administrativa responsável;
3. Considerando que, sem a PUBLICIDADE DO CARGO, sem DESCRIÇÃO DA MATRÍCULA da autoridade Administrativa, não há como saber se agente público atuou estritamente em função de seu cargo e conforme competência expressa em lei;

Diante de todo o exposto, reitera-se o PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO nº 20170029900729993."

Resposta:

Prezada senhora,

Analisando o histórico dessa demanda, temos que a arguição realizada no pedido original de falta de "identificação de qual autoridade proferiu a decisão e se é hierarquicamente superior" não merece guarida, uma vez que não se trata de recurso e sim de um novo pedido de acesso à informação, razão pela qual não há que se falar em decisão proferida pela autoridade hierarquicamente superior.

Percebe-se, também, que a solicitante perdeu o prazo de recurso no PAI nº 20170026801020533 (que se encerrava no domingo, dia 15/10/2017, prorrogado para o 1º dia útil subsequente - dia 16/10/2017) e, como saída, utilizou-se da possibilidade de protocolar um novo pedido de acesso à informação (no caso o PAI nº 20170029501020532), para interpor recurso ao primeiro pedido. Todavia, o registro do novo PAI ocorreu fora do horário padrão de expediente da segunda-feira, dia 16/10/2017.

Como a contagem dos prazos previstos na Lei de Acesso à Informação segue as mesmas regras contidas na Lei de Processo Administrativo (Art. 66 da Lei nº 9.784/1999), a Administração Pública tomou ciência apenas no dia 17/10/2017

Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Por esta razão, o PAI nº 20170029501020532 não pôde ser recebido como sucedâneo recursal do PAI nº 20170026801020533, por desobediência ao prazo legal de recurso.

Insatisfeita com a resposta fornecida no PAI nº 20170029501020532, a requerente abriu um novo protocolo de pedido de acesso à informação (PAI nº 20170029900729993) para interpor recurso ao PAI nº 20170029501020532, mesmo estando dentro do prazo legal para tanto.

De acordo com o art. 13 da Lei de Acesso à Informação, o prazo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a ciência da decisão.

Nesse contexto, a requerente, mais uma vez, utilizou-se da via inadequada para interpor recurso. Protocolou o PAI nº 20170029900729993, ao invés de apresentar recurso no PAI nº 20170029501020532, mesmo estando dentro do prazo legal.

Dessa forma, resta claro que não assiste razão ao pleito da requerente pelas razões já mencionadas.

Atenciosamente,

Rafael Figueiredo Bezerra (Matrícula: 103.336-0)
Controlador Geral do Município
Controladoria Geral do Município de Recife - CGM